

## **FORMA(TA)ÇÃO DE CIDADANIA: CONTROLE SOCIAL E DEBATES SOBRE EDUCAÇÃO E HIGIENE EM UBERABINHA, MG (1892-1930)**

Handel Carrera Ching – UFU

Carlos Henrique de Carvalho - UFU

Uberabinha, cidade localizada no Triângulo Mineiro, se emancipa de Uberaba no ano de 1888, por meio da lei 4.643 e, como muitas outras cidades, é contemporânea da, então, recém proclamada República. Por sua localização geográfica, as cidades do pontal do Triângulo Mineiro, sempre tiveram laços mais estreitos com o estado de São Paulo do que com a própria capital mineira de então – Ouro Preto – seja na economia ou na cultura. Sendo assim, Uberabinha se destacou como uma cidade que se despontaria como entreposto comercial que ligava o sul do estado de Goiás e o norte de São Paulo. Exemplo disso é a construção da malha ferroviária que unia esta cidade com o estado vizinho paulista. De acordo com Wirth “O Triângulo e grande parte do Sul pareciam pertencer naturalmente ao mercado paulista, com o qual estavam ligados através de boa estrada e comunicação por via férrea”<sup>1</sup>. A ferrovia, além de contribuir para o desenvolvimento do mercado entre esses dois estados, também cumpre um papel fundamental na transmissão e propagação de ideais e formas de conceber o mundo. Esses ideais eram propagados pelos jornais e periódicos que circulavam na região oriundos do estado paulista, como nos diz Wirth acerca das elites mineiras “Os líderes estaduais continuamente lamentavam o fato de grandes áreas em Minas serem servidas com mais eficiência pelos diários de Rio e São Paulo... o Triângulo e o Sul dependiam dos jornais paulistas” (Wirth, 1982, p. 132). Essa influência pode ser percebida nos vários artigos dos jornais de época que exaltavam o dinamismo e a ‘predisposição’ do povo paulista ao progresso e como ele era um exemplo a ser seguido nas áreas comerciais, industriais, educacionais etc. Além da localização geográfica, faz-se necessário – para melhor compreensão dos ideais das elites uberabinhenses – a sua fundação, quem eram e como pensavam aqueles que tinham o poder de decisão na urbe.

A gênese da cidade de Uberabinha, como um centro urbano, está diretamente imbricada com a migração de populações que viviam na zona rural do Brasil ou em outras cidades. Vale lembrar que este período pós 1889, as cidades passam a ser idealizadas como

---

<sup>1</sup> WIRTH, J. D.. O Fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira. Paz e Terra. São Paulo, 1982.

“a idéia de centro das realizações, de saber, comunicações, luz...”<sup>2</sup>, ou seja, um palco onde a civilização encenava seu papel modernizador do *Jeca-Tatu*<sup>3</sup>, este, um insolente, doente e apático, a própria personificação da imagem retrógrada do Brasil rural que este tentava apagar de sua memória e esconder das outras nações o atraso projetado ao Império que produzia uma inércia ao próprio desenvolvimento e uma inércia no progresso brasileiro. Logo, depositava-se na República a esperança de alcançar a ser uma nação respeitada e desenvolvida como as européias.

Uberabinha, assim como outras cidades do pontal do Triângulo, tinha suas elites ligadas à terra, “A sociedade de elite. Com suas raízes agrárias e caráter municipal estava plenamente formada por volta de 1850” (WIRTH, 1982, p. 121), e essa mesma estrutura sócio-econômica vigorou após a proclamação da República. As raízes dessa sociedade eram agrárias, contudo, o “caráter municipal” dava o tom de suas ações, ou seja, era na urbe que as oligarquias locais se organizaram elaborando leis e colocaram em prática os seus projetos de civilidade e de progresso. Todavia, esses projetos se chocavam diretamente com outros extratos da população e suas práticas cotidianas foram questionadas, “seus modos de vida foram vistos como retrógrado; suas habitações, insalubres; suas formas de trabalho, poluidoras; sua economia, incipiente; sua vida, ameaçadora da ordem”<sup>4</sup>, como consubstanciação do próprio *Jeca-Tatu*.

Essas transformações é que me chamou a atenção. Como, por que e por quem foram implementadas essas novas práticas sociais? Como se (re)organizou essa população ‘indolente’? Qual o papel da educação na forma(ta)ção desse cidadão que se forjara para essa nova República? Essas são algumas perguntas que pretendo problematizar contribuindo para um melhor entendimento do papel da História da Educação regional, mais especificamente em Uberabinha.

### **Uberabinha: crescimento, entusiasmo e mazelas de um centro urbano.**

O crescimento de Uberabinha trouxe consigo os paradoxos e contradições de qualquer cidade de moldes burgueses, essa dialética pode ser evidenciada nas discussões na Câmara Municipal e, também, nas alterações travadas nos jornais locais<sup>5</sup>.

---

2 WILLIAMS, R. O campo e a cidade: na história e na literatura. Companhia das Letras. São Paulo, 1989.

3 Personagem criado pelo escritor Monteiro Lobato na obra *Urupês*. Esta figura simboliza o atraso, a apatia, a indolência e as doenças do povo brasileiro, muito aquém das nações desenvolvidas.

4 CASTRO, A. P. Cantelli. Organização e disputas pelo espaço urbano: Uberabinha/MG (1890-1930). Uberlândia: Dissertação de mestrado defendida na UFU, 2003.

5 Cf. A era das Revoluções. Hobsbawm, E.

Não nos cabe analisar se o projeto de higienização, de urbanismo e de paisagismo da cidade tinha ou não uma boa intenção em benefício da população uberabinhense, o que propomos discutir é como esses projetos foram implementados numa dada lógica, que a nosso ver era excludente, ao retirar e/ou esconder o que era entendido como atrasado sem dar voz àqueles que não se adequavam aos novos padrões. Parto do pressuposto de rechaçar a idéia de progresso “como objetivo a ser alcançado”, pois “apaga as disputas e as tensões que são o motor da transformação, pois priva dos sujeitos a ação, delegando esse poder de transformação a um contraste (campo e cidade)” (CASTRO, 2003, p. 11).

A constituição de uma cidade baseada na ordem proporcionaria um ambiente favorável ao progresso, isso nos ideais positivistas que influenciaram fortemente as elites brasileiras e, por ressonância, as elites locais. Evidente que há particularidades da apropriação e ressignificação desses discursos, mas como dito acima, o Triângulo tinha uma estreita ligação com as elites paulistas. Para os republicanos mais otimistas, a cidade racionalizada, higiênica e ordeira afirmaria a República brasileira, pois, para estes, bastava a mudança do ambiente rural para o urbano para que o cidadão moderno se materializasse, isto é, a crença ingênua do homem fruto do meio em que vive, retirando dessas classes menos favorecidas sua autonomia e sua ação no processo histórico. É como se houvesse em todos os brasileiros um cidadão burguês do tipo parisiense em potencial esperando o ambiente e o clima propício para aflorar-se. Porém, com o passar dos anos ficou claro que as oligarquias locais, os mesmo que já vinham desde o Império, trataram de se organizar para a manutenção do *status quo*, o qual mantinha uma política voltada para seus interesses particulares em detrimento do ideal republicano de coletividade, conforme pode ser observado pelo artigo em 1907:

Dezoito annos de Republica, fizeram do Brazil um paiz respeitado em todas as conquistas do seculo e em todos os certamens universaes. Compare-se as monarchias europeias com as republicas sul-americanas, e nós veremos com admiração que aquellas nada progrediram e estas como que a vara mágica de uma fada, elevaram-se ao apogeo das grandezas humanas<sup>6</sup>

Neste artigo pode-se perceber uma forte inclinação para o republicanismo das elites de Uberabinha. Era comum a idéia de o Brasil ter dado um salto rumo ao progresso por meio da República, principalmente se comparada às monarquias europeias. Essa comparação nos possibilita entender que o regime imperial era visto como retrógrado, não

---

6 O Progresso. Uberabinha, 6 de outubro de 1907. Ano 1, numero 3.

se cogitando a volta ao Império. A República era vista como o catalisador do progresso e da civilidade, um nivelador que elevou a América do Sul a estar mais perto do ideal que se propunha ser civilização, como a França e os EUA.

O que era o Rio de Janeiro d’ha vinte annos? Um foco de epidemias, um matadouro aonde os estrangeiros achavam a sua necrópole. Hoje, porém, todos esses predicados que não deixavam a capital da Republica progredir, desapareceram com a sciencia moderna da Higyene e em vez duma cidade epidêmica, nós vemos um empório sadio, onde pollulam milhares de homens que enchem as officinas, nessa labuta immensa de dia a dia enchendo os mercados de manufacturas que se esportam diariamente para outros portos. A lucta pelo trabalho, esse hymno incessante, esse vae-vem de operarios, desde o romper da aurora ao crepusculo da tarde, entre as hossanas dos que cantam, acompanhando o sopro das forjas e a percussão dos martellos sobre as bigornas, sobem em apotheose de luz como que a saudarem o dia que nasce e a tarde que finda. E elles, os homens do futuro, que sahem em multidões, com as calosidades nas mãos e as blusas enfumaçadas pelo pó das officinas, enchem as ruas, numa alegre algavaria, cantando o hymno do trabalho que são as saudações do pão que alimenta e do balsamo que consola. E tudo isso é o produto de quê? Da República, essa Santa divina que nivela a humanidade e como que diz: **SÓ TEM DIREITO Á VIDA QUEM TRABALHA [TRABALHA] E QUEM PRODUZ!** <sup>7</sup>

As características mais evidentes colocadas pelos republicanos são a higiene e o trabalho, mas não qualquer tipo de trabalho, havia uma exaltação ao trabalho urbano, o “vae-vem de operários”, isto é, o “caos” urbano era justificado pelo trabalho nas oficinas, pela ocupação dos habitantes. Contudo, pelos jornais de época pode-se perceber que o trabalho mais comum na cidade de Uberabinha ainda estava ligado à terra e era exatamente essa matriz rural que se tentava extinguir. E a República “Santa divina que nivela a humanidade” na representação ‘ingênua’ das elites expõe uma crença exacerbada nessa forma de governo. As perspectivas liberais da positividade do trabalho tão acalentadas pela burguesia podem, também, ser percebidas na afirmação que é colocada em letras ‘garrafais’ no jornal, “Só tem direito à vida quem trabalha e quem produz”, nas edições seguintes notamos nos editoriais uma presença constante de assuntos ligados ao trabalho urbano, comercial e industrial em menosprezo do trabalho rural. Operando na desqualificação desse trabalho é que as elites locais buscavam forjar uma cidade progressista, voltada para o serviço na urbe, afastando-se de suas matrizes rurais.

No que tange à higiene, o mesmo jornal apresenta a Corte carioca como um modelo ideal para ser seguido pela cidade de Uberabinha. Ainda que a capital padecesse do “caos”

---

<sup>7</sup> Idem

das moléstias, a “sciencia moderna da Higyene” dava um novo alento de esperança para o interior, bastava o interesse do legislativo em preparar um ambiente higiênico, com ruas e sarjetas limpas, prédios com fachadas onde permita a passagem da luz e do ar, arborização das praças e ruas para proporcionar à população uma vida saudável. Porém, as medidas que foram colocadas em prática na cidade provocaram reações por parte da população, principalmente daquela que era considerada indolente ao progresso, ou seja, as camadas mais pobres.

A comissão opina para que a Câmara autorise o sr. Agente Executivo a fazer amigável ou judicialmente a desapropriação do cazebre de propriedade do cidadão Miguel Mascia, visto sr elle um verdadeiro espantinho existente numa das nossa principais ruas, mesmo em frente a Avenida Affonso Penna, o que vale dizer que o vizitante ao desembarcar aqui, recebe logo na entrada da cidade, uma impressão desagradável. Nesse sentido a comissão tem a honra de submeter a consideração da Câmara um projecto de lei; que autorisa o sr. Agente Executivo a dar os necessários passos para que se torne uma realidade essa justa aspiração de grande parte dos habitantes dessa cidade.<sup>8</sup>

Destoando da paisagem eugênica que se propunha à cidade, os vereadores discutiam a limpeza do centro da cidade desapropriando casas e barracões daqueles que não podiam pagar por uma reforma para adequar suas habitações à legislação que oprimia. Isto com o pretexto de causar “uma impressão desagradável” aos visitantes que vinha a Uberabinha, numa aparente preocupação em racionalizar o espaço escondendo suas mazelas, criadas pela própria sociedade capitalista.

Outras leis, baseadas na ciência da higiene, tentavam normatizar as práticas cotidianas mais simples, contudo sempre usando a tática de desqualificar as práticas sociais rurais.

Camara Municipal resolve: o artigo 1º o agente executivo do municipal fornecerá pena d'água diariamente a cada habitação, mediante requerimento por escripto do morador ou proprietário designando rua e casa. Artigo 2º – Este requerimento será apresentado ao procurador Municipal que fará os respectivos lançamentos classificando a pena d'água pelo valor locativo do prédio e expedindo ordem ao installador official para fazer a ligação. Fica prohibido ao proprietário ou morador do prédio onde se fizer installação deixar aberta uma ou mais torneiras, sob pena de dez mil reis de multa e o dobro nas reinscencias, comprehendidas nestas torneiras as installas em jardins, hortas ou cocheiras. Artigo 7º – O proprietário ou morador de prédio que se fizer installações e que fornecer água diariamente a uma ou mais casas pagará tantas vezes a taxa da tabella annexa quanto forem os prédios

---

<sup>8</sup> Atas da Câmara Municipal de Uberabinha. 14 de setembro de 1912.

fornecidos. Artigo 8º – O agente executivo providenciará energicamente para que sejam entupidas no menor prazo possível todas as sisternas da cidade e que, pela sua má construção ou com ruim qualidade de ligação possam desenvolver moléstias contagiosas. Artigo 9º – Os proprietários ou moradores de casas servidas pela rede de abastecimento de água são obrigados a comunicarem o excesso da água dentro de seus próprios quintaes, ficando sujeitos a multa de 5\$000 todos aqueles que a deixarem a escorrer para a rua.<sup>9</sup>

Embora essa lei seja mais completa, fragmentei-a expondo sua essência em mais uma tática das elites locais em controlar as práticas da população uberabinhense. Operando no controle social das populações, a Câmara “oferece” o serviço de abastecimento de água encanada alegando que a água de cisternas era suja, portanto, maléfica ao corpo. Contudo, para usufruir desse benefício, o morador era obrigado a permitir o entupimento de sua cisterna pelo agente da prefeitura, além disso, a água não poderia ser usada para irrigação de pomares, hortas ou para uso nas cocheiras, onde os animais bebiam. Ou seja, o controle estava exatamente nas práticas de matriz rural de se manter animais e hortas para o consumo de subsistência.

Nesse período há nas fontes que elegemos, tanto nos periódicos como nas Atas, um aumento nas discussões e debates acerca da educação, de seu ‘poder’ intervencionista e de sua capacidade de forma(ta)r o cidadão ideal para a República, também utópica.

### **Educação: a solução do fracasso republicano em Uberabinha.**

Nesse período há nas fontes que elegemos, tanto nos periódicos como nas Atas, um aumento nas discussões e debates acerca da educação, de seu poder intervencionista e de sua capacidade de forma(ta)r o cidadão ideal para a República, também utópica. Embora houvesse um forte movimento liderado pelos liberais-positivistas em favor do ensino laico na República Velha, havia um interesse numa manutenção da moral – porém não mais com sua devoção direcionada à Igreja – antes, voltada ao Estado, ao coletivo, ao civismo ou patriotismo. Logo, a educação assume um papel fundamental na consolidação do cidadão e da República, isso porque o sentimento de inércia e apatia rumo ao progresso havia permanecido desde o Império. Todo esse “entusiasmo pela educação”<sup>10</sup>, porém, não se concretizou de fato. Através dos debates dos jornais apreendemos quais eram os projetos defendidos pelos diferentes grupos das elites locais, não perdendo de vista as discussões que tomaram lugar no âmbito nacional. Também através das leis aprovadas, tanto nas

---

9 Atas da Câmara Municipal de Uberabinha. 16 de janeiro de 1911.

10 Cf. NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. Editora Pedagógica e Universitária Ltda. São Paulo, 1974.

esferas nacional, como estadual e municipal, podemos perceber quais eram os projetos que se tentavam implementar na nação brasileira.

Assim como na política e economia, o estado de Minas Gerais creditava ao estado de São Paulo a educação mais condizente com a República. Não por acaso, os jornais de Uberabinha em seus artigos clamavam por uma educação nos moldes paulistas, e são esses projetos de mudança, alguns implementados outros não, é que nos deteremos nesse subtítulo.

Minas procura resurgir pela escola, vai recebendo o impulsionamento que a administração dos últimos governos tem lhe facultado. A instrução tem se desenvolvido e aperfeiçoado, com um progresso rápido e yanke. Convem pois que o governo tome consideração o problema até agora esquecido – o de tornar obrigatório o ensino. Não será exclusivamente os membros do professorado quem convença o pae de familia á necessidade desse bem. E' preciso convencil-o a convencer-se se não for possível, obrigar-o a convencer-se. Muitas vezes a bôa logica deixa de existir para ter lugar o cumprimento de uma obrigação que a lei impõe. Cumpril-a é mais facil do que pedir por favor. O Estado de S. Paulo, só tem a sua instrução como a primeira do Brasil, deve-o a esta salutar disposição partida do engenho privilegiado do Cesario Mota, o saudoso reformador do ensino paulista. Uma lei benefica e razoavel deve satisfazer esta lacuna. O pae de familia no presente não é obrigado a educar o filho. Em São Paulo elle o é.<sup>11</sup>

Diferentemente do estado paulista, Minas não tinha uma educação obrigatória, isso só foi possível, pois não havia uma lei federal que unificasse a legislação sobre a educação. Aqui as crianças só freqüentavam as aulas se os pais se convencessem ou fossem convencidos pelos professores da necessidade de seus filhos se alfabetizarem. O jornal defende a posição de um ensino obrigatório alegando que o cumprimento da lei é mais fácil que o convencimento dos pais, pois desta maneira era entendido como um favor. Entretanto, a obrigatoriedade do ensino das primeiras letras pode ser entendida como uma forma do Estado retirar das famílias o domínio de educar seus filhos, passando essa responsabilidade a ele próprio. Sendo a educação um processo de intervenção, as elites locais e nacionais tinham nas mãos a oportunidade de basear seus projetos não mais justificados pela política, mas pelo campo da ciência, ou seja, a ciência justificaria as ações eugênicas que foram colocadas em prática na cidade.

---

11 O Progresso, "A Obrigatoriedade do Ensino".. Uberabinha, 14 de março de 1909. Ano II, n.º 77.

O ensino particular S. Paulo está methodisado pelo ensino publico, de maneira que o pae ou professor pode e deve no fim de cada anno apresentar a creança a exame nos estabelecimentos estadoaes, porque está instruido pelo methodo official. Em Minas, estes exames só podem ser feitos no anno final do curso mediante despacho favoravel da Secretaria do Interior, quando este processo poderia se realizar na propria localidade, com a audiencia do inspector escolar que é o representante do governo. Se assim o fosse e se taes exames se realizassem quanto a qualquer dos annos do curso, ter-se-ia estabelecido facilidade á diffusão do ensino particular e a obrigação em que os seus professores teriam de ver-se adoptando o programma official, porque preparariam os meninos em exame publico, desta maneira garantindo o dispendio dos paes por verem seus filhos com attestados válidos de approvação. Visto o exposto, facilitar a adaptação do ensino publico, methodisal-o por este estabelecer a obrigatoriedade do ensino em geral, são medidas que por certo já animam o pensamento do moço competente que dirige a pasta do Interior de Minas e que tem dado attestados de viva capacidade.”

O que se tentava através desses artigos era a mobilização das elites locais em favor de uma educação descentralizada, na qual as cidades do interior tivessem autonomia em aplicar seus testes e a autogestão do ensino público. Essas elites locais tinham como pretexto as verbas que tinham caráter municipal, isso se deu pelo afastamento dos estados do financiamento da educação pública gratuita e laica.

Nessa paisagem de descaso pela educação pública por parte da União é que entendemos as iniciativas isoladas de se organizar o ensino das primeiras letras em Uberabinha e em outras cidades do interior, as quais vão delineando os métodos a ser utilizado, o tempo do ano acadêmico, as condições das construções etc, de acordo com a realidade de cada município, os chamados “Municípios Pedagógicos”<sup>12</sup>. Embora a legislação dissesse que a educação básica no Brasil fosse gratuita a toda a população, as províncias no ano de 1874 investiam cerca de 20% de suas receitas e o governo central, não mais que 1% de sua renda total (SUCUPIRA, 2001).

Com a Proclamação da República, pouco avanço ocorre nos investimentos da educação pública. Os projetos que eram defendidos para o ensino primário e secundário, o eram feitos por elites liberais que não desejavam uma intervenção da União nesses graus de instrução, deixando a cargo dos estados, ou seja, apenas dando continuidade ao que fora proposto pelo Ato Adicional de 1834. Pode-se perceber mais claramente esse continuísmo

---

12 Categoria criada pelo Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto que descreve a autonomia dos municípios na organização do ensino público.

com a aprovação do decreto nº. 7 de 20 de novembro de 1889, que fixava como competência dos estados as atribuições para a instrução pública em todos os graus.

Ainda que o ideal de educação para os mineiros fosse o paulista, não se via aqui a mesma estrutura de funcionamento, nem uma legislação que afirmasse a autonomia do município. Embora os investimentos por parte do estado das Gerais fosse diminuto, a burocracia educacional exigia que os testes de suficiência para todos os graus fossem realizados por um inspetor geral e um examinador ambos da capital do estado, ou seja, um aluno que estava no 4º ano primário só receberia seu certificado do curso quando o examinador da capital viesse aplicar o teste de suficiência, como veremos abaixo na Ata de Reuniões Escolares.

### **Conclusão parcial**

Embora a escola fosse representada como a instituição capaz de catalisar a formação do cidadão moderno como afirmação da República, não houve um investimento maciço nas instruções primária e secundária no estado das Gerais. Ainda que o estado de São Paulo fosse o ideal a ser alcançado pelos mineiros, com suas leis que obrigavam a todos os pais a matricularem seus filhos, pelo investimento num método unificado para todo o estado, ensino público e laico para a formação básica etc, Minas ainda lutava para descentralizar a burocracia que, segundo as elites uberabinhenses, emperravam a organização da instrução básica no município.

Nota-se que a legislação mineira desse período pendeu para os interesses dos cafeeiros e oligarcas que defendiam um Estado mínimo, o qual se afastava de investimentos públicos na área educacional. Essa posição pode ser justificada como uma forma de manter a população alheia do processo eleitoral que exigia a alfabetização do votante, pois assim se mantinha o *status quo*. Esses embates podem ser apreendidos como os conflitos que tomaram lugar nesse período entre as elites intelectuais e as elites econômicas, ou seja, enquanto aquelas buscavam uma ampliação no financiamento estatal para a escola pública e assim higienizar e forma(ta)r o cidadão condizente com os princípios liberal-republicano, as elites econômicas amparavam o afastamento do Estado e deixando a instrução nas mãos das escolas privadas.